DO PATÍBULO AO CALABOUÇO: O OLHAR DE FOUCAULT SOBRE A “EVOLUÇÃO” DAS PENAS NO OCIDENTE

Lúcio Mendes Cavalcante

Promotor de Justiça no Estado da Paraíba

1. Introdução

O presente artigo cinge-se, em seu círculo conceitual e discursivo, a fazer uma abordagem da obra *Vigiar e punir*, do filósofo francês Michel Foucault. A análise ocupa-se precisamente da parte da obra em que o autor discorre sobre a transição da tradição supliciar ocidental, centrada na utilização do corpo e na espetacularização do sofrimento, para um novo mecanismo de poder, focado na lógica da disciplina e da vigilância e visando à normalização da alma do delinqüente. Tal abordagem é feita tendo como pano de fundo a concepção foucaultiana de poder e sua relação com o instrumento da pena.

Examinar o olhar de Foucault sobre o processo de “humanização” das penas inaugurado na modernidade, assim como proceder a qualquer abordagem de aspectos pontuais de seu pensamento, é tarefa que não prescinde de uma avaliação, ainda que sucinta, de sua forma de enxergar o fenômeno do poder. É verdade que Foucault jamais se propôs a elaborar uma teoria geral do poder. Isto, inclusive, seria bastante problemático, haja vista seu estilo dissertativo não-sistemático e não-linear. No entanto, é inegável que o poder constitui um dos problemas centrais de seu pensamento - o poder que disciplina, que observa, que normaliza - seja nos estabelecimentos carcerários ou manicomiais, seja nas trocas lingüísticas ou na vivência da sexualidade.

Deste modo, a pena assume, no pensamento foucaultiano, somente o caráter acessório de instrumento da tecnologia do poder. Não obstante este papel secundário da pena ante o protagonismo do poder, não deixa de ser instigante e bastante provocadora a tarefa de avaliar a visão foucaultiana acerca do papel do suplício na sociedade ocidental e a sua lenta superação. Tal tarefa só é melhor compreendida, repita-se, após situar-se o tema dentro do universo conceitual do pensador francês.

2. Do poder de soberania ao poder disciplinar

A questão do poder é um dos problemas centrais das ciências sociais, sendo que, na perspectiva clássica, a sua definição se insere na estreita categoria de capacidade de impor a alguém uma ação ou uma abstenção através da possibilidade do uso da força (coercibilidade), cabendo ao Estado a primazia e o monopólio do uso dessa força. Deste modo, o único poder possível, na ótica clássica cunhada pela ciência política, é o poder legítimo do Estado, ou, consoante o universo vocabular foucaultiano, o “poder de soberania”.

O pensamento foucaultiano propõe uma visão pluralista do poder, agora concebido não apenas como um elemento concentrado e monopolizado pelo aparelho estatal (poder de soberania), mas como algo disperso, difuso no tecido social e nos sujeitos, oscilando, como prática social que é, de modo a ser titularizada por um dado sujeito em determinada circunstância, dispersando, em seguida, de forma volátil. Desta maneira, a perspectiva de localização e exercício do poder é desviada do Estado e das instituições para o sujeito e para as práticas sociais, de modo a estabelecer, senão uma desestatização do poder, ao menos uma descentralização deste.

Com isto, pode-se entender que Foucault não pretendia reduzir a importância do poder estatal, mas lançar uma visão mais ampla da correlação de forças sociais, demonstrando a dispersão de seus centros de irradiação. Isto porque as relações de poder e o fenômeno da dominação existem em qualquer agrupamento humano e antecedem à formação do próprio Estado. Tal perspectiva está bem delineada em uma conhecida passagem do primeiro volume de *A história da sexualidade*, onde o autor resume sua perspectiva acerca do fenômeno do poder:

Dizendo poder, não quero significar “o poder”, como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um estado determinado. Também não entendo poder como um modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social *inteiro*.

A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1993, p.88-89).

Essa perspectiva reclama uma nova metodologia, uma nova estratégia de apreciação do fenômeno, haja vista a ampliação de seu objeto. Nesse sentido, esclarece Foucault (1992, p. 186):

Em vez de orientar a pesquisa sobre o poder no sentido do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado e das ideologias que o acompanham, deve-se orientá-la para a dominação, os operadores materiais, as formas de sujeição, os usos e as conexões da sujeição pelos sistemas e os dispositivos estratégicos. É preciso estudar o poder colocando-se fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estatal.

Ao contrário de boa parte dos cientistas sociais, Foucault enxerga o poder e suas estratégias de dominação como algo positivo, produtivo, criador, dinâmico, gerador de saberes, atitudes, comportamentos e discursos, atuando de forma sutil e não apenas através da violência. Contudo, parece haver uma preocupação em sua obra de externar e dar visibilidade ao invisível. Parece querer demonstrar como se operam o processo de dominação e o exercício sutil do poder, fornecendo elementos para que aqueles que não o exercem ou

são objeto dele o percebam, podendo participar mais ativamente deste “jogo de afrontamentos incessantes”.

Foi nesse contexto filosófico que Foucault escreveu *Vigiar e punir*, evidenciando a transição do modelo de “poder de soberania” para o modelo de “poder disciplinar”. Esse poder é exercido não apenas pelo soberano, pelo Estado, mas também pelos corpos sociais intermediários (escolas, fábricas, prisões, manicômios, igrejas, entre outras instituições) e por seus agentes, de forma a normalizar os comportamentos. Outrossim, a obra de Foucault evidencia a ação quase que invisível do poder disciplinar, que extrai a sua força justamente desse anonimato, ao contrário do exercício do “poder de soberania”, com seus ritos e aparato de espetáculo, retirando sua força dessa excessiva visibilidade. A esse respeito, acentua De Leon (2002):

Ao escrever *Vigiar e punir*, Michel Foucault analisa o poder disciplinador como uma das principais tecnologias do poder das modernas sociedades: o poder das normas. As normas se perdem da sua gênese. É como se elas sempre tivessem existido e como se a sua criação obedecesse a uma razão mais cosmológica do que mesmo humana. Ao ser promulgada, divulgada, tida como certeza, ela impera livremente das ações usuais dos grupos que a produziram. Há uma espécie de alienação coletiva que desassocia a norma daqueles que a produziram.

3. Do suplício do corpo ao controle da alma

O deslocamento do poder de soberania para o poder disciplinar é marcado por uma mudança de estratégia e de objeto: o exercício do poder de punir, que na Idade Média era infligido sobre o corpo dos condenados, passou paulatinamente a ser dirigido à sua alma. Não foi por outra razão, segundo Foucault (2004), que a alma do réu passou a ser invocada e analisada nos processos (observe-se a invocação das circunstâncias subjetivas atenuantes e agravantes), já que esta será também objeto da execução da pena. Dentro desta nova tecnologia punitiva, no entanto, o corpo não deixa de ser também subjugado,

visto que este é, por excelência, o objeto do exercício do poder, como bem ressalta Foucault (op. cit., p. 25):

Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele, elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais.

Com efeito, o corpo ainda se sujeita ao poder. Todavia, dentro da nova semiótica do poder, melhor analisada mais à frente, o elemento novo é precisamente a inclusão do controle e da normalização da alma, de modo que o uso do corpo se insere apenas como meio de alcançar este fim último. Tal transição, operada entre os séculos XVII e XVIII, é marcada pela adoção de uma nova estratégia consistente na “economia” do poder. Deste modo, a finalidade da punição e o uso do corpo passaram a buscar finalidades diversas das anteriormente pretendidas, quando o suplício era, por excelência, o instrumento punitivo e quando o patíbulo era mais importante do que o calabouço.

3.1 A técnica do suplício

Segundo aponta Foucault, na Idade Média, existia uma tecnologia tão precisa na utilização dos métodos de tortura, que a prática veio a construir uma verdadeira dosimetria do suplício. Desse modo, o sofrimento era modulado e a intensidade do golpe, o local do ferro, o número de chibatadas, tudo isso era medido de acordo com o crime e o nível social das vítimas (Foucault, 2004, p.35). Por outro lado, o suplício tinha ainda a finalidade de cumprir o papel hoje desempenhado pelas certidões de antecedentes criminais, ostentando no corpo dos supliciados as marcas infamantes e publicizando em sua carne o registro de sua condenação.

Basicamente, porém, o suplício possuía dupla natureza: servia como instrumento de punição e como meio de instrução, visando à obtenção da verdade, sendo que, nesta última modalidade, estar-se-ia diante de um verdadeiro meio de prova. No tocante a esta última forma supliciar, Foucault (op. cit., p.37) chega a afirmar que “a tortura para fazer confessar tem alguma coisa de inquérito,

mas também de duelo”. Justifica sua afirmativa, alegando que a busca da verdade era encetada em meio ao desafio à capacidade de resistência do supliciado. Foi certamente essa a razão que levou Beccaria a afirmar que a tortura beneficia os celerados mais fortes e prejudica os inocentes mais frágeis (BECCARIA, 2002).

O estratagema que permitia infligir a tortura como meio de prova era o de considerar o supliciado “meio culpado”, o que o fazia, de qualquer forma, merecedor da tortura. O fundamento último do suplício, por sua vez, era a vingança do príncipe que teve sua vontade (lei) desrespeitada, devendo o corpo do réu ostentar a cólera do soberano em uma execução pública cujo ritual, cercado de terror e de intimidação, materializava a força implacável do poder.

3.2 A semiótica do poder de punir

A partir da segunda metade do séc. XVIII, cristalizam-se as oposições aos suplícios, tendo o Iluminismo contribuído para impor limites ao poder soberano, mandando respeitar a “humanidade” do criminoso. Com isso, a tecnologia do suplício, como meio punitivo, foi lentamente sendo substituída pelo que Foucault chama de semiótica do poder de punir. Esse método era baseado na produção de representações simbólicas como meio mais eficaz de prevenção e repressão ao crime, podendo tal método ser sintetizado em algumas regras básicas.

Pela regra da quantidade mínima, parte-se da constatação de que o crime produz vantagens para o seu autor. Assim, se sua prática gerasse desvantagem, o crime deixaria de ser desejado. Com isso, basta que o mal causado pela pena ultrapasse o benefício que o crime gera, produzindo um déficit, sendo dispensáveis as punições excessivas e desproporcionais. Segundo a regra da idealidade suficiente, verifica-se que a idéia de sofrimento é mais eficaz que a dor produzida como instrumento para dissuadir alguém a delinquir. Com efeito, a punição não precisaria utilizar o corpo, mas, sobretudo, trabalhar com a representação do sofrimento causado pela pena.

Consoante a regra dos efeitos colaterais, a punição deve produzir efeito não apenas nos condenados, mas também nos demais sujeitos, maximizando a percepção do sofrimento no grupo social e minimizando o sofrimento em si, produzido no delinquente. Já pela regra da certeza perfeita, o essencial é que,

uma vez praticado o ilícito, a pena seja certa, sendo tal regra evidenciada em uma célebre e conhecida passagem da obra, a seguir reproduzida:

Nada torna mais frágil o instrumento das leis que a esperança da impunidade; como se poderia estabelecer no espírito dos jurisdicionados um laço estreito entre o delito e a pena se viesse a afetá-lo um coeficiente de probabilidade? Não seria preciso tornar a pena tanto mais temível por sua violência quanto ela deixa menos a temer por sua pouca certeza? Mais que imitar assim o antigo sistema e “ser mais severo”, é preciso ser mais vigilante (FOUCAULT, 2004, p. 81).

O ponto curioso na abordagem que Foucault faz da instituição carcerária é que ele não a vê como uma instituição fracassada, que não atingiu sua finalidade. Pelo contrário, considera-a uma instituição que deu certo, ao menos na ótica da classe dominante, razão pela qual ainda não foi substituída. Com efeito, para Foucault, o cárcere é uma tática política de dominação autorizada pelo saber científico. Seu objetivo é docilizar e normalizar o delinqüente, bem como extrair utilidade econômica de suas forças, enquadrando-o na lógica do sistema de produção e transformando sua alma, devidamente domesticada, em prisão do seu corpo (SANTOS, 2005).

Nesse contexto, o autor identifica a origem e o desenvolvimento da pena privativa de liberdade com a origem e o desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, a pena de prisão seria, na verdade, não um instrumento repressivo, mas “diferenciador” dos indivíduos, excluindo e neutralizando a classe dominada. Tal concepção é exteriorizada de forma mordaz e irônica por Foucault, que sustenta:

Podem falar os magistrados; a justiça penal, com todo seu aparelho de espetáculo, é feita para atender à demanda cotidiana de um aparelho de controle meio mergulhado na sombra que visa a engrenar uma sobre a outra polícia e delinqüência. Os juízes são empregados, que quase não se rebelam, desse mecanismo. Ajudam, na medida de suas possibilidades, a constituição da delinqüência, ou seja, a diferenciação das ilegalidades, o controle, a colonização, a

utilização de algumas delas pela ilegalidade da classe dominante (FOUCAULT, 2004, p. 234)

Sob essa ótica, a lei e a justiça penal são instrumentos de gestão diferenciada da criminalidade, utilizadas para imunizar os ilícitos das elites e para penalizar as camadas sociais subalternas. Em tal contexto, a pena não visa a combater a criminalidade, mas diferenciá-la, o que de certa forma aproxima o pensamento foucaultiano de aspectos da teoria marxista. Tal fato é perfeitamente compreensível, haja vista os resquícios da militância socialista que não o abandonaram por completo. A estrutura carcerária, dentro dessa nova ótica, desloca-se para a perpétua observação do indivíduo (panoptismo), visto que vigiar é mais eficaz do que punir. De igual forma, domesticar a alma, recuperando a força produtiva do delinqüente, é mais adequado à lógica capitalista que o espetáculo feudal das torturas públicas e seu sistema de penas.

4. O poder e a pena

A esta altura, é necessário que se faça um esclarecimento sobre a conexão entre a primeira e a segunda partes deste trabalho, ou seja, entre a concepção foucaultiana de poder e sua abordagem da pena privativa de liberdade. Conforme foi salientado, a noção foucaultiana de poder está intimamente ligada à questão dos processos sociais de dominação e de controle social, afastando-se da tradição jurídica e política que o associa ao exercício legítimo da força levado a cabo pelo Estado.

Deste modo, com base nas idéias aqui apresentadas acerca da natureza do poder, é factível a leitura de que o poder age nas sombras, muito antes da encenação do espetáculo judiciário e da produção normativa. E o faz selecionando os tipos penais que interessam e produzindo os discursos científicos que legitimarão esse estado de coisas, bem como construindo os próprios sujeitos. De igual forma, uma vez inserido o sujeito no aparelho penitenciário, o poder disciplinar dá continuidade ao trabalho, normalizando e ajustando o indivíduo à demanda do sistema.

Sob essa ótica, a concepção de poder desenvolvida por Foucault tem íntima relação com sua concepção acerca da instituição carcerária, evidenciando a existência de um mecanismo de controle social que perpassa e antecede o próprio poder estatal. Em consequência, o sistema prisional, construído sob o signo do poder disciplinar, é apenas uma engrenagem, um mecanismo dessa imensa máquina de poder.

Dentro dessa mesma ótica, a transição do modelo punitivo supliciar para o prisional não foi motivada pelo humanitarismo dos iluministas, mas pela correlação de forças que se digladiavam no meio social. Nesse embate, venceu a lógica liberal, que, no campo penal, era representada pela idéia do sistema prisional, visando à reconstrução dos indivíduos “indesejáveis”, normalizando-os em série, domesticando sua alma e apropriando-se de sua força produtiva.

Tal concepção não buscava compactuar com a ingênua leitura marxista do crime que, partindo da concepção da luta de classes, idealiza e perdoa o crime e a violência dos desvalidos sob o injustificável fundamento de se tratarem de atos libertários. Na verdade objetivava pôr em evidência os mecanismos ocultos do poder e denunciar a “gestão diferenciada” da criminalidade, fato facilmente verificável após uma rápida visita a qualquer prisão de qualquer país capitalista.

Essa crítica refaz o papel do Iluminismo na história do direito penal, pois, conforme sustentavam os iluministas, ele mesmo sustentava, as luzes que produziram a razão também produziram a disciplina. Evidenciavam, assim, a sua concepção de que nenhuma luta é totalmente libertária, pois a resistência a um dado mecanismo de poder gerará, necessariamente, um outro mecanismo de poder, produtor de novos saberes e atitudes.

Referências bibliográficas

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Trad. de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DE LEÓN, Adriano Azevedo Gomes. A arte da punição: a norma e o direito na ótica de Michel Foucault. In: *Verba Juris*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002, 1 v.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade In: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *Microfísica do poder*. 10. ed. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. *Vigiar e punir*. 29 ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2004.

POGREBINSKI, Thami. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. Disponível em: (<http://www.scielo.gov.br>). Acesso em: 13 out. 2006.

SANTOS, Juarez Cirino dos. 30 anos de vigiar e punir. In: seminário do ibccrim. São Paulo, n. 11, p. 4-7, out. 2005.